



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

06/02/2012



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CASA DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	1
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	2
2.2. COMEÇAR DE NOVO.....	3
2.3. CÂMARA CÍVEL.....	4
2.4. INSTITUCIONAL.....	5

Fórum Universitário I

O Fórum Universitário, que funciona na Rua do Sol, onde outrora funcionou a Faculdade de Direito, tem à frente um capacitado e dinâmico coordenador: o professor e advogado Humberto Oliveira, nomeado no fim de

2009, pelo reitor da Universidade Federal do Maranhão, professor doutor Natalino Salgado.

O prédio, diga-se de passagem, está passando por um processo de reforma, que inclui recuperação da memória da antiga faculdade.

Fórum Universitário II

A primeira fase dos trabalhos englobará o levantamento dos dados históricos, e a segunda, a parte física, para funcionamento do Escritório-Escola, e dos núcleos de pós-graduação (com cursos de especialização em diversas áreas e mestrados) e de Conciliação, Mediação e Arbitragem.

Esses núcleos continuam com suas atividades normais até a transferência definitiva para a Casa da Justiça, no campus do Bacanga, em convênio com o Tribunal de Justiça do Maranhão e outras instituições judiciais, inclusive com o funcionamento de dois juizados especiais, que atenderão à demanda da área do entorno da universidade.

Após a transferência, o antigo prédio da faculdade abrigará somente o Núcleo de Pós-Graduação.

AMMA pleiteia realização imediata de concurso para juízes no Maranhão

A AMMA está pleiteando ao Tribunal de Justiça a realização imediata de concurso público para provimento de vagas de juízes substitutos no Maranhão, cuja decisão já foi aprovada pelo Pleno, durante sessão administrativa realizada no dia 19 de outubro de 2011. A solicitação, aprovada em reunião da Diretoria Executiva, foi encaminhada pela Associação dos Magistrados, ao presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Junior.

De acordo com a AMMA, o baixo número de juízes no Maranhão vem impondo aos magistrados de primeiro grau uma carga excessiva de trabalho, o que compromete a prestação jurisdicional. Em face desta situação preocupante pela qual passa a magistratura maranhense, a Dire-

toria Executiva decidiu na última reunião ordinária, realizada no dia 20 de janeiro, encaminhar o referido pleito ao TJMA.

"A finalidade maior é evitar o acúmulo de serviço por parte dos juízes, que têm que responder por outras unidades judiciais, provocando, inclusive, em efeito cascata, o acúmulo de férias vencidas e não gozadas por absoluta necessidade de serviço", esclareceu o presidente da AMMA, juiz Brígido Lages.

Levantamentos realizados pela AMMA apontam que o último censo realizado pelo IBGE, publicado no Diário Oficial da União no dia 4 de novembro 2010, a população maranhense é composta de 6.424.340 (seis milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, trezentos e quarenta)

habitantes.

Segundo os dados constantes na lista de antiguidade do TJMA, atualizada até o dia 30 de janeiro de 2012, o Maranhão conta, hoje, com 274 magistrados de primeiro grau na ativa, o que equivale dizer que o Poder Judiciário Maranhense tem uma média de 4,2 magistrados por cada 100 mil habitantes, uma das médias mais baixas do país.

Brígido Lages esclarece que esta situação força a Corregedoria Geral de Justiça a determinar que vários juízes respondam, além de suas próprias unidades, por outras que se encontram vagas, as quais, segundo a lista disponibilizada no site do TJMA, correspondem a quatro comarcas de entrância inicial e 10 unidades de entrância intermediária,

sem falar das unidades judiciais que ficam vagas no período de férias de seus titulares. "Toda esta situação, por si só, impõe a emergente necessidade de realização de concurso público para a nomeação de novos juízes substitutos, inclusive para a instalação das novas unidades jurisdicionais já criadas e não instaladas", afirmou Brígido.

Conforme dados obtidos pela AMMA, na Comarca de São Luís foram criadas 60 varas e apenas 45 foram instaladas, com 20 juizados especiais criados e apenas 17 instalados; nas Comarcas de entrância intermediárias foram criadas 101 varas e apenas 90 instaladas, com 16 juizados criados e apenas 11 instalados e nas de entrância inicial foram criadas 94 varas e apenas 72 instaladas.

Secretaria de Justiça celebra convênio para inserir apenados na construção civil

A Secretaria de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap) celebrou, nesta semana, no Auditório da Escola de Magistratura do Maranhão (Esmam), convênio entre Defensoria Pública Estadual (DPE), Tribunal de Justiça (TJ) e Lua Nova Incorporações Imobiliárias para garantir o ingresso de 60 internos – sendo 18 mulheres- e egressos do sistema prisional na área da construção civil na capital. O encaminhamento é realizado por uma comissão técnica formada por Coordenadores da Sejap, membros da Defensoria Pública alinhado ao Programa Começar de Novo, criado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Representando o secretário Sergio Tamer, a subsecretária Leopoldina Amélia Barros, destacou o empenho dos órgãos parceiros e iniciativa da Lua Nova Incorporações. “Com o apoio do Governo do Estado, a Sejap e órgãos parceiros do sistema prisional tem alcançado um objetivo que é compartilhado. Esta data marca de forma positiva o sistema prisional com ações que efetivamente fazem da reintegração social uma realidade no Maranhão” ressaltou.

Frente à pasta de reintegração social, o secretário-adjunto de Justiça, Ribamar Cardoso Lima, explicou que a iniciativa vai beneficiar internos do regime semi-aberto e aberto, além de garantir o direito de remissão de pena. “A cada três dias de trabalho um dia é diminuído na sentença do apenado de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP).

Ribamar Cardoso Lima destacou, ainda, o trabalho das Coordenações de Assistência à Psicologia, Assistência Social,



Representantes da Sejap, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça durante assinatura do termo

Educação, Trabalho e Renda e Apoio aos Egressos. “É um trabalho intersetorial que realiza um levantamento psicossocial dentro e fora do sistema carcerário, pois nosso compromisso não se encerra após o cumprimento da sentença. Com o apoio da construtora Lua Nova e nossos parceiros estamos inserindo também egressos no mercado de trabalho” frisou o secretário-adjunto.

O coordenador de assistência psicológica da Sejap, Ângelo Macedo informou que os internos são selecionados de acordo com o perfil solicitado pelo empregador. Ele revelou que a Sejap realiza constantemente um levantamento de internos aptos para ingressar no mercado de trabalho. “Ao todo, 660 internos já passaram por esta avaliação

que é feita por meio de entrevista e questionários nas unidades prisionais”.

Ângelo explicou que a parceria entre Sejap, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública dá celeridade na resolução de problemas de documentação de internos. “É um trabalho estratégico. A maior dificuldade de inserir um interno no mercado de trabalho é a situação de seus documentos, portanto a atuação do TJ e Defensoria Pública é fundamental” enfatizou.

Nova realidade – Socióloga e coordenadora de Apoio aos Egressos do Sistema prisional, Cândida Dias enxerga uma nova realidade no sistema prisional do Estado. Ela revelou que convênios desta natureza são possíveis por conta de uma comissão téc-

nica formada por membros dos três órgãos.

“Todo trabalho desempenhado pelos coordenadores da Sejap é alinhado em reuniões periódicas com membros do programa Começar de Novo e Tribunal de Justiça; Defensoria Pública, com o intuito de promover melhores oportunidades para o sistema prisional” destacou.

Os selecionados farão parte das equipes de trabalho da construtora na edificação de 700 moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida, na Estrada da Ribeira, no Distrito Industrial de São Luís. A empresa possui outros nove empreendimentos em andamento, incluindo edifícios e condomínios residenciais de alto padrão, na capital e no interior do estado.

Justiça obriga governo a fornecer informações sobre a Via Expressa

A desembargadora Raimunda Santos Bezerra concedeu mandado de segurança obrigando a governadora Roseana Sarney e o secretário Max Barros a fornecer todas as informações sobre a Via Expressa. O mandado de segurança foi impetrado pelo aposentado Olegário Ribeiro, de 77 anos, e outros moradores da Vila de Vinhais Velho, atingidos pela obra.

Desde outubro do ano passado que os moradores de Vinhais Velho fazem romaria junto à Secretaria de Infra-Estrutura e à Secretaria de Meio Ambiente em busca de informações sobre a Via Expressa para contribuírem positivamente com sugestões ao Governo de forma a compatibilizar a realização da obra com a preservação da comunidade, do patrimônio histórico e arqueológico.

Segundo o deputado Domingos Dutra (PT), todos os esforços junto aos secretários Max Barros e Victor Mendes foram em vão. "O secretário Max Barros de forma autoritária, gritou, bateu na mesa e ameaçou expulsar os moradores e a advogada Núbia Dutra de sua sala, negando-se a fornecer qualquer informação. Este mesmo secretário que confunde um órgão público com sua propriedade, ainda

contestou na Justiça o direito dos moradores às informações de seu próprio interesse".

Ainda de acordo com Dutra, o secretário Victor Mendes "após dois meses e muita pressão mandou entregar um CD que nem Jesus Cristo abriu. Toda esta resistência evidencia que há muita maracutaia na Via Expressa. Já descobrimos que na audiência pública havia cerca de 60 pessoas, sendo que 50 eram funcionários públicos e pessoas ligadas às empresas interessadas. Ou seja, não houve audiência pública como determina a lei. Falhas que vamos impugnar na Justiça".

A comunidade de Vinhais Velho agradece a desembargadora Raimunda Bezerra. Esta decisão renova as esperanças de que é possível o Maranhão sair da ditadura do Poder Executivo, conquistar a democracia e se incorporar no mapa do Brasil, respeitando autonomia dos demais poderes e os direitos do povo sofrido, este, o verdadeiro poderoso.

O deputado Domingos Dutra disse ainda que irá denunciar às autoridades da República a forma secreta como o Governo Estado trata as comunidades atingidas pela Via Expressa, financiada com 20 milhões do Governo Federal.

Decisão do STF sobre poder do CNJ 'salva' 150 processos

Uma lista de aproximadamente 150 processos em tramitação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), incluindo suspeitas de corrupção e venda de sentença, foi salva pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), por 6 votos a 5, de manter o poder do CNJ de investigar e punir magistrados suspeitos sem depender das corregedorias dos tribunais locais.

Nesse grupo estão 17 sindicâncias abertas diretamente pelo conselho, baseadas em indícios de que desembargadores acumularam riquezas incompatíveis com seus salários. Para embasar essas investigações, o que também está no alvo das associações de magistrados, o CNJ pediu ao Banco Central acesso aos dados bancários dos juízes.

Outras 45 investigações ainda em curso contra magistrados suspeitos de corrupção e venda de sentença morreriam antes mesmo que a Corregedoria Nacional de Justiça tivesse tempo para buscar indícios das irregularidades.